

HABEAS CORPUS Nº 537.298 - MG (2019/0297365-6)

RELATORA : **MINISTRA LAURITA VAZ**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADVOGADOS : CARINA BICALHO PIACENZA - MG068209
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : CRISTIAN DE JESUS XAVIER SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PRONÚNCIA. PRESENÇA DE QUALIFICADORA. INDÍCIOS MÍNIMOS. COMPETÊNCIA DO TRIBUNAL DO JÚRI. PRECEDENTES. ORDEM DENEGADA.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, sem pedido liminar, impetrado em favor de CRISTIAN DE JESUS XAVIER SILVA contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais no Recurso em Sentido Estrito n.º 1.0625.18.002739-7/001.

Consta nos autos que o Paciente foi pronunciado como incurso nas sanções do art. 121, § 2.º, inciso II, c.c. o art. 14, inciso II, ambos do Código Penal (fls. 139-145).

Inconformada, a Defesa interpôs recurso em sentido estrito, que não foi provido (fls. 300-314).

Neste *writ*, alega a Impetrante, em suma, que "*não há que se falar em motivação fútil para a prática da conduta uma vez que a vítima agrediu imediatamente antes dos fatos o paciente com um golpe contra seu rosto com um pedaço de pau, não podendo ser o motivo considerado insignificante, banal, irrisório*" (fl. 5).

Requer a concessão da ordem para "*excluir da pronúncia a qualificadora do motivo fútil, por manifestamente improcedente*" (fl. 5).

As informações foram prestadas (fls. 326-341 e 344-346).

O Ministério Público Federal apresentou parecer, opinando pela denegação da ordem (fls. 348-350).

É o relatório.

Superior Tribunal de Justiça

Decido.

O direito invocado pela Parte Impetrante não subsiste, tendo em vista que, na hipótese, conforme destacou o Tribunal de origem, há elementos mínimos aptos a corroborar a incidência da qualificadora do motivo fútil e, por via de consequência, cabe tão somente ao Conselho de Sentença deliberar se a conduta do Acusado está maculada pela mencionada circunstância deletéria (fls. 313/314; sem grifos no original):

"[...]

Por fim, no referente à qualificadora, destaco que o decote somente se justificaria se fosse manifestamente improcedente, o que também não é o caso, havendo indícios de que o crime foi cometido por motivo fútil, em razão de briga anterior, tudo conforme depoimentos transcritos alhures.

"[...]

Reafirmo que a análise mais profunda sobre o caso é de competência do Júri Popular, ficando ao encargo do Conselho de Sentença a decisão sobre o decote da qualificadora do motivo fútil, já que esta só deve ser decotada nesta fase processual quando manifestamente improcedente, o que, como dito, não vislumbro no presente feito."

Conforme entendimento desta Corte, "somente será possível a exclusão de qualificadora quando esta for manifestamente improcedente, sob pena de usurpação da competência do Tribunal do Júri" (AgRg no REsp 1.579.074/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 12/09/2017, DJe de 22/09/2017).

Da Sexta Turma do STJ, destaco ainda o seguinte julgado:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. TRIBUNAL DO JÚRI. PRONÚNCIA. EXCLUSÃO DE QUALIFICADORA. EMISSÃO DE JUÍZO DE VALOR PELO TRIBUNAL A QUO. COMPETÊNCIA. CONSELHO DE SENTENÇA. DISCUSSÃO ANTERIOR NÃO AFASTA O MOTIVO FÚTIL. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica quanto ao entendimento de que não é possível afastar uma qualificadora por mera opção hermenêutica, de modo que o julgador somente pode retirar da pronúncia a qualificadora que objetivamente não exista, mas não a que subjetivamente considera não existir. Em outros termos, não se pode subtrair da apreciação do Conselho de Sentença - juízo natural da causa - uma circunstância que, em análise objetiva, ao menos em tese e ante as evidências dos autos, tenha ocorrido.

Superior Tribunal de Justiça

2. Na situação posta sob exame, por simples leitura do excerto do acórdão recorrido, é possível constatar que, para afastar a incidência da qualificadora, a Corte estadual invadiu a competência constitucional do Tribunal do Júri, pois emitiu juízo de valor a respeito da ausência de banalidade no motivo do delito.

3. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça tem assentado que a existência de discussão anterior ao cometimento do delito, entre vítima e acusado, por si só, não é suficiente para, de imediato, retirar da competência Tribunal Popular a decisão acerca do conhecimento do motivo fútil ao caso concreto.

4. Agravo regimental não provido." (AgInt no REsp 1.737.292/GO, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 18/09/2018, DJe 25/09/2018; sem grifos no original.)

Ante o exposto, DENEGO a ordem de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora